



Água, esgoto e

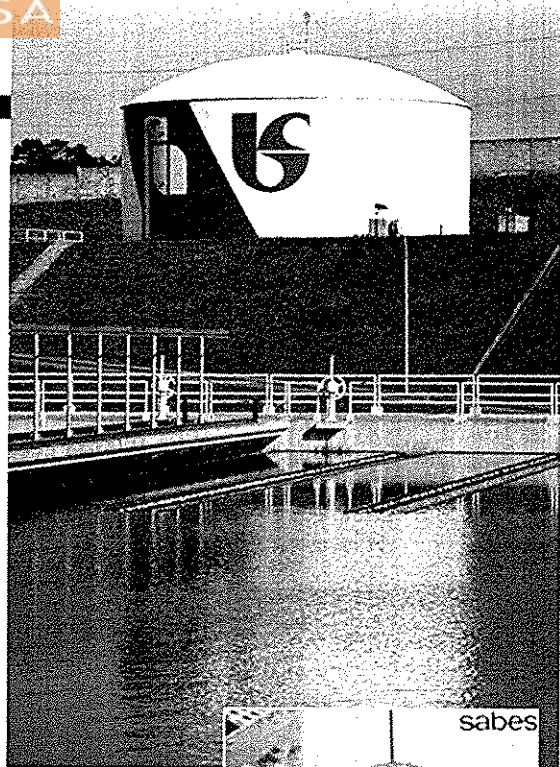
Serra: "saneamento não dá palanque"



Projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) põe lenha na fogueira da discussão sobre quem deve cuidar dos serviços de saneamento básico

No centro do debate sobre a transformação do setor de saneamento básico no Brasil está uma empresa que atende 358 dos 650 municípios paulistas, investindo R\$ 1 bilhão por ano. A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

(Sabesp) é hoje a maior desse setor na América Latina e um fenômeno de reabilitação empresarial. Há pouco mais de três anos, suas ações estavam cotadas a R\$ 17; atualmente, chegam a quase R\$ 300. A valorização veio na esteira de mudanças que recuperaram a estatal e trouxeram de volta sua capacidade de



Estações de tratamento da Sabesp: recuperada, estatal voltou a investir; Marques da Rosa (ao lado): "controles sociais"



holding que gerenciará várias empresas regionais. A aprovação do controvertido Projeto de Lei nº 266, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), facilitaria a mudança. O ponto mais polêmico da proposta é o artigo 4º, que transfere aos Estados o poder concedente sobre saneamento básico nos municípios integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

"Em São Paulo, pretendemos que o saneamento seja prestado por uma empresa pública submetida a controles sociais", explica o secretário de Recursos Hídricos do Estado, Hugo Marques da Rosa. Para isso, será criada uma série de mecanismos de salvaguarda, a fim de manter a atual saúde financeira da Sabesp. A empresa procura um "parceiro estratégico privado", por meio da venda de um lote de 15% a 20% das ações. O processo está em

uma indenização estipulada em R\$ 300 milhões à vista. Além disso, tentará conseguir nos tribunais informações que a empresa se nega a fornecer, como o montante de suas despesas fiscais e de energia elétrica, gastos com serviços de terceiros, folha de pagamento e ações trabalhistas. A prefeitura também quer saber qual a receita arrecada em Santos, por categoria de usuário. "O que o município deseja é absorver os serviços da Sabesp, baixar a tarifa e investir em obras e manutenção das redes de abastecimento", aponta Mansur.

Estudo – No interior de São Paulo, o prefeito de Brodósqui, José Grandi (PMDB), vive uma situação oposta. O serviço de água e esgoto na cidade é de responsabilidade municipal, mas para o prefeito isso representa nada mais do que uma dor de cabeça. Situado na região de Ribeirão Preto, a 330 km de São Paulo, o município de 18 mil habitantes vive um pesadelo na distribuição de água, sem conseguir financiamentos junto ao BNDES ou à Caixa Econômica Federal por estar "quebrado e sucateado", segundo o prefeito. "Nós temos uma rede com mais de 40 anos de uso, há dois ou três rompimentos de adutoras por dia e perdemos 48% da nossa água na distribuição", reclama. O Ministério Público move ações de indenização no valor de R\$ 800 mil contra o município devido ao lançamento de esgotos nos córregos da região.

Um estudo elaborado pela Companhia Paulista de Desenvolvimento (CPD) propôs a concessão dos serviços à iniciativa privada. Para o prefeito Grandi, esta seria a melhor alternativa, já que a prefeitura não dispõe dos R\$ 2,5 milhões necessários às melhorias do sistema. No final do ano passado, ele enviou para a Câmara Municipal um projeto de lei autorizando a concessão. "Mas nosso Legislativo, num gesto político e sorrateiro, rejeitou a proposta sem nenhum estudo técnico", desabafa. O prefeito acha que uma boa forma de evitar esse tipo de problema nos outros municípios poderia vir com a aprovação da lei Serra. "As prefeituras não têm competência para cuidar do saneamento e do lixo, têm de cuidar da educação e da saúde", defende o prefeito de Brodósqui.

As críticas de Mansur à atuação da empresa estadual e os problemas enfrentados por Brodósqui com o serviço municipal fazem parte de um debate mais amplo, rela-

polêmica

investimento. A Companhia quer se manter como principal operadora do sistema de saneamento básico no Estado de São Paulo, posição que conquistou na década de 70. Na época, o Banco Nacional de Habitação (BNH) iniciou a execução do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), incentivando a criação de empresas estaduais que ficariam responsáveis pelos serviços nos municípios. As 27 companhias estaduais de saneamento surgidas após o Planasa atendem hoje cerca de 80 milhões de habitantes, em 3.300 dos 5.506 municípios brasileiros, mas estão na berlinda. Nunca tiveram um futuro tão incerto.

No caso da Sabesp, os planos do governo estadual incluem sua transformação numa

fase de modelagem, mas já se sabe que o comprador de tais ações terá uma participação efetiva na gestão da Companhia.

O excelente desempenho apresentado pela Sabesp nos últimos anos não eliminou totalmente as queixas quanto à sua atuação. Um dos mais severos críticos é o prefeito de Santos, Beto Mansur (PPB), que pretende municipalizar os serviços atualmente oferecidos pela estatal. "Em Santos, a Sabesp arrecada anualmente cerca de R\$ 72 milhões e deve chegar a R\$ 90 milhões neste ano, mas só reinveste no município R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões", queixa-se Mansur. No caminho da municipalização, porém, o prefeito deverá travar uma batalha jurídica, a fim de evitar o pagamento de

cionado ao novo modelo para o setor de saneamento básico e ao futuro das companhias surgidas com o Planasa. Mesmo os que vêm na Sabesp uma empresa saudável e eficiente concordam que ela representa uma das poucas exceções entre as estaduais. Outro bom exemplo é a Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb), que atende 98% da população do Distrito Federal com abastecimento de água e 85% com a coleta de esgoto. Além disso, a Caesb garante o tratamento de 75% do esgoto gerado pela população de 1,9 milhão de habitantes e ainda atua na fiscalização dos mananciais. "Neste governo, não pensamos em privatizar a Caesb", afirma Antônio da Costa Miranda Neto, diretor do Sistema de Água da empresa.

Consórcio – Mas no Rio de Janeiro o governo pensa diferente: dividiu em lotes a região atendida pela tão criticada Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) e iniciou a licitação dos serviços para consórcios privados, por um período de 25 anos. No Mato Grosso, o governador Dante de Oliveira (PSDB) preferiu entregar os serviços de saneamento aos municípios. Desta forma, escapou dos crônicos déficits da Sanemat, companhia estadual que acumulava prejuízos de R\$ 30 milhões.

Os baixos índices de cobertura dos serviços de água e esgoto no Brasil, causa principal de vários problemas de saúde pública, também mostram a falência do modelo do Planasa. Segundo cálculos do BNDES, para atender os 15 milhões de brasileiros sem acesso à rede de água e os 39 milhões que não dispõem de esgotamento sanitário, serão necessários investimentos de R\$ 2,7 bilhões por ano. Num prazo de 15 anos será necessário investir R\$ 40 bilhões.

"O Estado praticamente não tem mais capacidade de endividamento e esse volume de recursos só pode ser alavancado pela iniciativa privada", afirma o engenheiro Marco Botter, presidente da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Água e Esgoto (Abcon). A entidade reúne 47 empresas dispostas a ampliar sua participação neste mercado. Atualmente, apenas 17 municípios concederam à iniciativa privada a exploração do serviço de água e esgoto, total ou parcialmente. É o caso de Ribeirão Preto, Limeira, Jundiá e Itu, em São Paulo, Campos, no Rio de Janeiro, e Paranaguá, no Paraná.

Em Ribeirão Preto, o consórcio Ambient opera há quase três anos o serviço de tratamento de esgoto, que deve ganhar duas novas estações e 27 km de interceptores. O médico-sanitarista Antonio Palocci, atual presidente do PT em São Paulo e prefeito de Ribeirão Preto na época da concessão, acha que a transferência do saneamento básico à iniciativa privada constitui uma saída para os municípios, mesmo se houver a necessidade de aumentar tarifas. Em Ribeirão Preto, se as obras fossem bancadas pela prefeitura, previa-se um aumento de até 30% nas tarifas, mas 30 mil dos 130 mil domicílios da cidade pagam apenas R\$ 2,00 pelo serviço.

Na maioria dos municípios, verifica-se que há espaço para cobrar mais dos consumidores. A Cavo Itu, empresa do grupo Camargo Corrêa, que assumiu o tratamento de esgoto doméstico e industrial de Itu (SP), receberá em média R\$ 0,50 por m³ de esgoto tratado, mas o custo variará de acordo com a classificação do consumidor, o volume de água consumida, tipo de atividade e carga orgânica, no caso de indústrias. Um usuário residencial, com um consumo mensal de 10 m³, deve pagar cerca de R\$ 6,40, sendo R\$ 3,20 a tarifa de água e R\$ 3,20 a de esgoto. Da tarifa total, R\$ 4,88 seriam destinados ao Serviço de Água e Esgoto (SAE) e R\$ 1,52 à Cavo Itu. A divisão resulta do fato de ter ocorrido uma concessão parcial. A Cavo deverá explorar o transporte e tratamento de esgoto e o SAE permanece responsável pelo abastecimento de água, além da coleta e afastamento dos efluentes, tanto domésticos como industriais. Com um investimento de R\$ 26 milhões (30% de recursos próprios e 70% do BNDES), a Cavo Itu construirá 14 estações elevatórias e três estações de tratamento de esgoto, que estão quase prontas para entrar em operação. Quando isso acontecer, Itu será a primeira cidade brasileira com mais de 100 mil habitantes a prestar serviço de água e esgoto à totalidade da população urbana.

Trata-se de uma façanha não alcançada nem mesmo por Limeira (SP), primeira cidade brasileira a fazer concessão plena dos serviços. O engenheiro Fernando Mangabeira Albernaz, diretor de Relações Institucionais do consórcio Águas de Limeira (formado

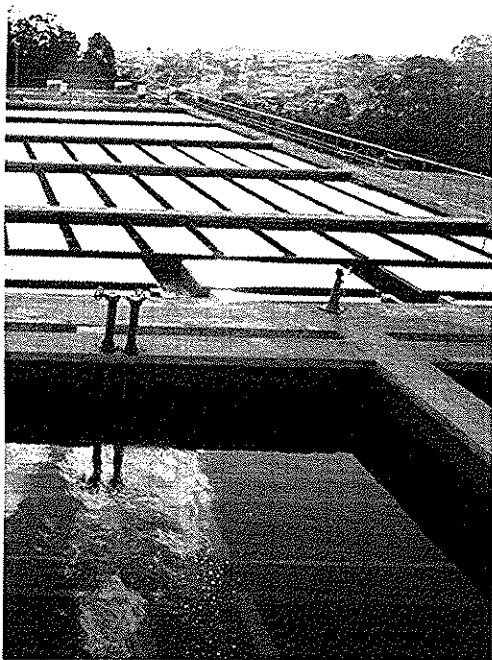
Oclair Faria



Divulgação



pela CBPO e pela francesa Suez-Lyonnaise Des Eaux), lamenta que as atualizações tarifárias, previstas em contrato, não tenham ocorrido (POR QUÊ?), inviabilizando o aporte de recursos do Banco Mundial e comprometendo os investimentos em 1997. A tarifa cobrada atualmente é a prevista para novembro de 1994, chegando a R\$ 4,40 para consumos de até 10 m³ e R\$ 12,00 para 20 m³. Embora o serviço de coleta alcance praticamente todo o esgoto produzido, resta o desafio do tratamento, agravado pela presença de indústrias do setor alimentício, com efluentes orgânicos equivalentes aos de uma cidade de 750 mil habitantes, o triplo da população de Li-



Sabesp (acima): à procura de um "parceiro estratégico"; Botter (esq.): recursos só podem vir da iniciativa privada; Ribeirão Preto (ao lado): concessão feita pelo governo do PT funciona há quase três anos

te, não chegando nem a 0,5% do total".

Para conquistar novos municípios, porém, as concessionárias privadas terão de enfrentar a resistência das companhias estaduais e dos serviços municipais autônomos. Durante a implantação do Planasa algumas prefeituras recusaram-se a conceder seus sistemas para as companhias criadas pelos Estados, principalmente nas cidades que apresentavam bons índices de atendimento à população. Atualmente, 1.200 municípios operam seus próprios sistemas de saneamento e atendem 25% da população brasileira. Eles estão representados pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), um grande foco de resistência à privatização do setor. "Os municípios têm plena capacidade de alavancar os recursos necessários, inclusive para recuperar o passivo ambiental existente", garante o presidente da enti-

sas, conta Wartchow, se mostraram incapazes de atuar de forma integrada, limitando-se a explorar o fornecimento de água e o tratamento de esgoto, sem se preocupar com a questão dos recursos hídricos, saúde e meio ambiente.

Modelagem - No Brasil, o debate parece longe de um consenso. A disputa entre o setor privado, companhias estaduais e serviços autônomos dos municípios ficou ainda mais acirrada após a entrada em cena do projeto da Lei Serra. "Boa parte dos que criticam não leram ou não entenderam o projeto", defende-se o autor da proposta. "Nas regiões metropolitanas, o poder concedente não pode ficar com os municípios porque prefeito algum vai cuidar do saneamento, que não dá votos nem palanque", afirma o senador José Serra.

"Em regiões metropolitanas ou em sistemas integrados, o saneamento não é um serviço de interesse local, e o poder concedente deve passar para a esfera do Estado", concorda o secretário de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Hugo Marques da Rosa.

O secretário reclama que o BNDES não ouviu os Estados e municípios para a nova modelagem do setor de saneamento, encomendada ao Banco Graphus. De qualquer forma, o estudo deve apontar para a privatização do setor. O BNDES e a Caixa Econômica Federal até abriram uma linha de crédito para os municípios contratarem as consultorias que farão a modelagem da concessão de cada sistema à iniciativa privada. "Com o movimento de privatização já consolidado nas áreas de transportes, rodovias, portos, eletricidade e telecomunicações, o setor de saneamento está maduro para a entrada de empresas privadas, inclusive do Exterior", avalia Terezinha Moreira, chefe do Departamento de Saneamento Ambiental do BNDES.

Do estudo encomendado pelo Banco até o projeto de lei do senador José Serra, passando pela resistência dos serviços municipais autônomos, pode-se esperar muita discussão pela frente. Quando o impasse for resolvido, o País conhecerá o destino de um mercado bilionário, do qual depende a qualidade de vida e a saúde de milhões de brasileiros.

meira. A empresa garante que até 2004 terá capacidade de tratar todo o esgoto do município. Hoje, o índice de esgoto tratado não passa de 15%.

Entre sucessos e dúvidas, experiências como as de Ribeirão Preto, Itu e Limeira ainda representam uma amostra muito pequena para que se possa avaliar com precisão o desempenho da iniciativa privada no setor de saneamento básico no Brasil. O vice-presidente da Abcon, Eduardo Castagnari, reconhece que "a participação privada é extremamente recente, sendo absolutamente insignifican-

te, Dieter Wartchow, contrariando a opinião do prefeito de Brodóski.

Justificando sua confiança na capacidade de os municípios operarem os sistemas, Wartchow apresenta números: 65% dos serviços municipais autônomos atendem mais de 90% de sua população urbana com redes de abastecimento de água. Em relação ao esgoto, 74% desses municípios atendem mais de 70% da população urbana com redes de coleta. O presidente da Assemae cita o exemplo da Inglaterra para combater a concessão do setor para a iniciativa privada. As companhias privadas ingle-